

OS SINDICATOS E A REINVENÇÃO DA POLÍTICA EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÃO

Inez Terezinha Stampa¹

Resumo:

Este artigo é uma reflexão sobre os possíveis limites e possibilidades da ação sindical em um contexto de transformação no mundo do trabalho e de restrição do espaço público e ações coletivas, tendo como foco a sociedade brasileira atual, onde a correlação de forças se redefine, com a chegada do candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República. A temática sindical foi eleita com a intenção de buscar um maior amadurecimento teórico-conceitual sobre as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, problema fundamental para a compreensão da questão social na atualidade.

Palavras-Chave: relações de trabalho, ação sindical, ações coletivas.

Abstract:

This article is a reflection about the possible limits and possibilities of the Labor Union action in a context of transformation in the working world, restriction of the public space and collective actions, with focus in the actual Brazilian society where the correlation of forces takes a new face when the Workers' Party reaches the Republic's Presidency. The Labor Union thematic was chosen with the intention of searching a greater theoretical-conceptual improvement regarding the changes that have been taking place in the working world, a fundamental problem for the understanding of the social question in the present time.

Keywords: work's relations; union action; collective action

¹ Doutoranda em Serviço Social pela PUC-Rio.

Introdução

O objetivo deste trabalho é a indicação de elementos para uma reflexão sobre alguns desafios que as alterações em curso no mundo do trabalho colocam para o sindicato como instância de representação dos trabalhadores. Elementos como desemprego estrutural e diversidade de situações de trabalho têm modificado suas bases de solidariedade, trazendo graves conseqüências para a organização da classe trabalhadora. Em particular, assenta-se no exame da relação do sindicalismo e do processo de consolidação de uma sociedade democrática. Por essa razão, centra-se na análise da “possibilidade dos sindicatos se associarem a outros movimentos sociais com o objetivo de ampliar sua base de atuação política em defesa de direitos do trabalho e da cidadania” (cf. Ramalho e Santana, 2003), tendo como foco a sociedade brasileira atual, numa conjuntura histórica em que convivem velhos e novos padrões de gestão e de trabalho, cujas implicações têm, também, se refletido sobre a perda de identidades coletivas em função de um processo de fragmentação, individualização e “descartabilidade” de trabalhadores e de suas qualificações.

Esse quadro afeta gravemente as condições subjetivas dos trabalhadores e se reflete na fragilização dos laços sociais, rompendo com formas elementares de solidariedade social e de ação coletiva. Diante de tal contexto, pode se falar na construção de uma nova sociabilidade. Contudo, constata-se, também, que não obstante as dificuldades enfrentadas, os trabalhadores e suas organizações, no caso desta análise, os sindicatos, continuam atuantes, trazendo para o centro de suas lutas e do debate novas pautas e formas de atuação. Esses aspectos são abordados tomando como referência uma pequena parcela da produção acadêmica mais recente, observações feitas a partir de pesquisa exploratória inicial junto a sindicatos e pesquisa em periódicos, tendo como eixo principal de preocupação questões que foram consideradas mais relevantes para tentar situar o problema do trabalho no âmbito das discussões da questão social hoje.

1 - Crise e recuperação do movimento sindical brasileiro e sua possível participação na redefinição dos rumos nacionais

Muito se tem discutido acerca das debilidades ou decadência do sindicalismo no mundo contemporâneo. Contudo, alguns autores, na contra-corrente dos que defendem essa postura, vêm demonstrando que o ritmo e a intensidade, não da decadência, mas do “refluxo

sindical"², variam de acordo com o setor econômico e o país em análise. Nessa linha de pensamento, torna-se clara a necessidade de superar a discussão da crise *strictu senso* e tentar avançar no entendimento dessa possível recuperação do sindicalismo.

Contudo, tal tarefa requer, além de uma análise rigorosa da tão propalada crise, a não restrição ao estudo das transformações econômicas mais recentes. Aqui cabe lembrar a importância da recusa do caminho economicista, que exclui as lutas de classe e as esferas da política e da ideologia, assim como do caminho politicista, que rejeita a esfera da economia política e o mundo da materialidade. Penso que os dois atalhos não permitem compreender a complexidade dos fenômenos que constituem tanto a crise quanto a possibilidade de recuperação do movimento sindical de trabalhadores. Dessa forma, pretendo estudar o movimento sindical recente de trabalhadores urbanos brasileiros, buscando articular este conjunto de problemas, tanto econômicos quanto políticos, numa abordagem que analise, também, o deslocamento do *locus* dos conflitos laborais para o espaço público, ou seja, o campo de debates da sociedade civil³. Nesse sentido é que vislumbro a possibilidade de articulação dos sindicatos com outros movimentos sociais, ampliando sua base de atuação política.

² Cf. Boito Jr., 2003. O autor defende que o correto é caracterizar o recuo atual como uma fase de crise e de refluxo temporários. A esse respeito, diz que já estamos vivendo a crise da crise do sindicalismo, já que este está dando claros sinais de recuperação. Lojkine (1999), também aponta para essa direção.

³ O termo "público" refere-se ao que é considerado como bem comum, como patrimônio coletivo, ou seja, aquilo que "não pode ser alvo de apreciação egoísta ou particular. Notemos que isso não quer dizer estatal" (Ribeiro, 1994). Assim, refiro-me ao espaço não-estatal, mas de dimensão pública, distinta da regulação produzida pela lógica estrita do Estado ou do mercado, onde tenham lugar a convivência e o debate no tratamento de interesses coletivos como tais, para além da esfera privada, como quer a lógica neoliberal. Nesse sentido, a constituição de espaços públicos – que representa o saldo positivo das décadas de luta pela democratização, torna-se um novo centro de reconstrução da política, em seu sentido amplo. Quanto à utilização do conceito sociedade civil, que tem sido empregado com significados bastante diversos, convém um esclarecimento. Nesse texto, e com base no pensamento de Gramsci, ela é considerada como importante arena de luta de classes. É nela que as classes lutam para conquistar hegemonia, ou seja, direção política. Por essa razão, é a esfera que resulta da socialização da política e faz parte do Estado, em seu sentido amplo. Bom lembrar que, para Gramsci, o Estado ampliado é a soma da sociedade civil e da sociedade política. Esta leitura gramsciana coloca, então, como essência de qualquer projeto de emancipação política das classes populares a idéia do fortalecimento da sociedade civil e sua compreensão como terreno privilegiado da luta político-cultural.

O principal argumento norteador dessa proposta reporta-se à centralidade do trabalho, rechaçando a tese contemporânea da perda dessa centralidade, contida em estudos como os do filósofo francês André Gorz (1982) e do sociólogo alemão Claus Offe (1989), por exemplo. Parece-me que os autores confundem a crise do movimento operário e a definem como crise do trabalho, o que acaba por tornar ainda mais obscuras as causas e as conseqüências da ofensiva neoliberal para os trabalhadores, o que, por si só, já contribui para despolitizar e encobrir o acirramento da luta de classes na atualidade, se considerada a relação social fundamental entre capital e trabalho. Esse argumento, por sua vez, requer uma maior atenção às transformações que o ideário neoliberal ocasionou às relações de classe no Brasil. O que supõe, também, uma reflexão sobre o impacto popular do neoliberalismo⁴ no Brasil, no momento atual. Cabe lembrar, porém, que isso não faz com que sejam relegados a um segundo plano, nesta análise, os espaços tradicionais de negociação e alianças do movimento sindical de trabalhadores, assim como os espaços de negociação direta, conquistados pelo nível de organização sindical nos locais de trabalho, entre trabalhadores e patrões.

Em outros termos, tal prerrogativa se baseia no fato de que, se durante os anos de 1980 a forte presença sindical no chão de fábrica garantia um poder de barganha importante aos representantes sindicais de categorias-chaves de trabalhadores brasileiros, a partir dos anos de 1990, com a ofensiva neoliberal iniciada com o governo Collor, isso começou a se modificar. Novas políticas de reestruturação produtiva levaram à redução do trabalho vivo nas empresas, acarretando uma diminuição do nível de emprego nos setores econômicos onde havia uma maior penetração do chamado "novo sindicalismo"⁵, tornando mais difícil o processo de mobilização operária.

⁴ O termo neoliberalismo está sendo usado em referência às tentativas de recuperação do liberalismo, cujas conseqüências podem ser resumidas à fragilização do Estado Nacional (na medida em que o "setor público" represente limites à irrestrita integração dos países à lógica financeira e especulativa) e à destruição das mais variadas expressões dos movimentos populares de resistência política aos propósitos dos mercados e da economia desregulada (nesse aspecto, em particular, os sindicatos).

⁵ Devo deixar claro que, embora haja controvérsias quanto à ocorrência de rupturas em relação ao velho sindicalismo (refiro-me ao sindicalismo estatal-corporativista inaugurado na era Vargas), o termo será aqui utilizado para destacar o movimento sindical brasileiro do final da década de 1970 até o final da década de 1980.

A chegada ao poder central de grupos políticos de tendências neoliberais, modificou sobremaneira a correlação de forças na sociedade, deslocando as representações sociais hegemônicas no sentido da constituição de um quase consenso social sobre a necessidade de redução de importantes direitos conquistados pelos trabalhadores para permitir um maior desenvolvimento do país.

A literatura especializada mostra como todos esses fatores acabaram por enfraquecer o poder de negociação dos trabalhadores, tanto na esfera política quanto na esfera da produção. Nesse contexto, o movimento sindical de trabalhadores passou a buscar alianças no âmbito da sociedade civil, no sentido de obter aliados para a construção de verdadeiros espaços públicos. Isso porque, na luta contra o ideário que vem se impondo, paradoxalmente, o espaço público ganha importância na mesma medida que sujeitos sociais chaves da sociedade civil perdem espaço político, como o caso dos sindicatos de trabalhadores e outros movimentos sociais. Neste sentido, a construção de espaços públicos, onde o debate possa acontecer, torna-se fundamental.

Aqui cabe esclarecer que, não obstante as limitações impostas, a década de 1990 representou, também, um período de importantes mudanças para os sindicatos. Provam isso os vários movimentos de resistência à ofensiva neoliberal sobre o trabalho, seja na forma de greves (ainda que com estratégias diferenciadas das duas décadas anteriores), ou na tentativa de articulação com outros movimentos. Historicamente essa articulação já acontecia, mas com o monopólio dos sindicatos. O que se observa é que os sindicatos mantêm-se atuantes e a novidade recai na recriação dessa articulação com os movimentos sociais⁶, que se dá de forma diferenciada. A esse respeito Rodrigues (2004), ao analisar o sindicalismo recente do ABC, chama a atenção para o fato de que há uma nova pauta sindical, onde um dos temas cruciais é a manutenção do emprego e outro, “a capacidade de transitar com desenvoltura do interior da empresa à comunidade, da sociedade civil às instituições políticas, enfim, do local e/ou regional ao nacional e/ou global” (p. 3).

⁶ Importante esclarecer que a contribuição dos movimentos sociais para a democratização difere da que cabe aos sindicatos ou aos partidos políticos, pois os movimentos sociais apresentam perfis de organização próprios, além de uma inserção específica na sociedade e articulações particulares com a estrutura político-institucional, razão pela qual tornam-se mais promissores para a construção da democracia, sobretudo no Brasil, país marcado por práticas autoritárias e clientelistas. A esse respeito vide Martins (1994) e Costa (2003).

Dessa forma, busco refletir sobre como os sindicatos de trabalhadores⁷ vêm se organizando e se estruturando nesse processo de recuperação frente à ofensiva neoliberal. Nesse ponto o acompanhamento dos rumos do governo que vem sendo realizado pelo Partido dos Trabalhadores torna-se fundamental. A reflexão tem como um dos seus eixos principais a discussão sobre a própria crise que vive o sindicato⁸ e a maneira com que a enfrenta, sobretudo no que se refere aos aspectos de dissolução do individualismo, que é um traço marcante da sociabilidade capitalista atual. Nesse cenário, a regeneração da solidariedade de classe⁹

⁷ O sindicato referência para a análise, embora não o único, é o Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Zona da Central do Brasil, pelo fato do mesmo ter enfrentado, no final dos anos de 1990, o processo de concessão dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, antes prestado na cidade do Rio de Janeiro pela Cia. Fluminense de Trens Urbanos –FLUMITRENS, à uma empresa espanhola, a SuperVia. Além disso, os ferroviários constituem uma categoria com tradição na luta sindical, que se viu esvaziada e fragmentada, portanto enfraquecida, desde o início do sucateamento da R.F.F.S.A, que se deu a partir da década de 1970. Outro elemento de destaque para esse estudo de caso é o fato do Sindicato dos Ferroviários ser ligado à CUT, o que lhe imprime características peculiares, bem como do transporte de passageiros ser um serviço social básico e, portanto, fundamental para a classe trabalhadora. O processo de privatização dos serviços prestados pela FLUMITRENS e suas conseqüências para o Sindicato já foram objeto de estudo para minha dissertação de mestrado (Stampa, 2000).

⁸ A crise do movimento sindical ocorre não só nos países capitalistas mais desenvolvidos, mas, também, nos pólos mais modernos da economia capitalista dependente, que é o espaço em que se trava a luta política no país e do qual depende, estrategicamente, o sucesso dos demais movimentos sociais. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1995), “é hoje reconhecido que, nos países centrais, o movimento sindical emergiu da década de 80 no meio de três crises distintas ainda que interligadas. A crise da capacidade de agregação de interesses em face da crescente desagregação da produção, da precarização da relação salarial e da segmentação dos mercados de trabalho; a crise da lealdade de seus militantes em face da emergência contraditória do individualismo e de sentimentos de pertença muito mais amplos que os sindicais, o que levou ao desinteresse pela ação nesse âmbito, à redução drástica do número de filiados e ao enfraquecimento da autoridade das lideranças sindicais; e, finalmente, a crise de representatividade resultante, afinal, dos processos que originaram as outras crises”.

⁹ Importante frisar que ao apontar a “regeneração da solidariedade de classe”, refiro-me à recusa da individualização, da guerra de todos contra todos que a nova lógica privatista procura impor como regra de vida. Assim, solidariedade refere-se à vontade de “reconstituir um mínimo de comunidade humana” diante das relações capitalistas (Bihr, 1998). Isso para tornar claro que não pretendo contrapor essa noção à de um possível sindicalismo solidário do passado, como “uma época dourada em que os trabalhadores eram espontaneamente coletivistas e as organizações laborais alinhavam-se por detrás de um projeto de classe unificador” (Hyman, 1996:19 in Ramalho & Santana, 2003: 26). Seria ingênuo não reconhecer a diversidade de experiências e de finalidades almejadas pelas organizações sindicais.

comparece como estratégia fundamental para um projeto de retomada do sindicalismo que possa responder às características desses tempos onde a desarticulação (para a classe trabalhadora) tornou-se um imperativo. É nesse sentido que a constituição de espaços públicos ampliados e novas formas de gestão públicas abertas à participação é de vital importância.

Implícita, aqui, está a idéia de que o sindicalismo não é só um fenômeno de cunho institucional, ligado ao mundo do trabalho apenas. Ele é, além disso, nessa perspectiva, um fenômeno de cunho social e político. Isso torna claro que ele tem elos com os projetos políticos em cena, na sociedade. O que faz com que as lideranças sindicais estejam implicadas, explícita ou implicitamente, com outros sujeitos políticos da sociedade. Neste campo de disputas, há clivagens importantes entre as tendências sindicais mais proeminentes, sobretudo entre as duas maiores centrais sindicais do país: a Central Única dos Trabalhadores-CUT e a Força Sindical. Bom lembrar que os sindicatos ligados à CUT costumavam possuir posições mais críticas, enquanto que os ligados à Força Sindical se posicionavam a favor das políticas econômicas postas em prática pelo governo¹⁰.

Diante do que foi visto até aqui pode se indicar que há um deslocamento, na sociedade brasileira atual, do espaço da luta sindical, o qual não se restringe mais apenas ao chão da fábrica ou aos lugares do trabalho, mas igualmente à disputa ideológica pela hegemonia no espaço público¹¹. O que equivale a dizer que, mesmo para o movimento sindical, a questão social não pode ser tratada apenas em termos da esfera das relações de trabalho, envolvendo os trabalhadores, os empresários

A construção da solidariedade em tempos de acentuação da lógica privatista do capital é colocada como um valor moral que possa balizar um projeto de resistência a essa tendência ao individualismo exacerbado.

¹⁰ Isso até a eleição do presidente Lula. Com a chegada do PT ao poder, cujo braço sindical é a CUT, torna-se necessário um estudo das atuais posições das referidas tendências sindicais.

¹¹ Esta tendência é visível mesmo em empresas privadas, onde a interferência do Estado é menor que nos casos de empresas ou instituições públicas. Veja-se, por exemplo, as greves no ano de 2002, na indústria metalúrgica de São Paulo, onde a solidariedade das famílias e comunidades dos trabalhadores, além das alianças com a Igreja e outros órgãos da sociedade civil e da pressão da opinião pública, contra a demissão massiva dos trabalhadores, levaram o Estado e os empresários a aceitarem formas de acordos que preservaram empregos.

e o Estado, privilegiando a dimensão interna do conflito em detrimento das dimensões externas.

Essa afirmativa refere-se ao fato de que durante as décadas de 1970 e 1980, frente à grande expansão do movimento sindical brasileiro, criou-se a idéia de que bastava uma forte presença no chão da fábrica para que os sindicatos se tornassem sujeitos potentes, influenciando em decisões importantes. Atualmente esse esquema está em crise. Mudanças estruturais e políticas importantes tornam o discurso do conflito entre trabalhadores e empregadores pouco atraente. É nesse contexto que grupos sindicais importantes, como as principais centrais sindicais do país, começam a colocar a necessidade de uma maior atenção a questões sociais não diretamente ligadas ao mundo do trabalho.

Apesar da polêmica causada por esse tema e as críticas que a CUT e o governo Lula vêm recebendo, inclusive de setores de esquerda, o que se pretende ressaltar é que as propostas para os rumos da ação sindical cutista já apontavam, desde meados da década de 1990, para a necessidade de negociação e de articulação política com outros movimentos populares, face às dificuldades de confronto impostas pelo "receituário" neoliberal¹². Sem ignorar as divergências e as diversas tendências que existem no interior da CUT, não se pode desconsiderar que as diretrizes adotadas pela Central se fazem presentes em muitos sindicatos de sua base e que a propensão à negociação ainda é uma linha marcante do sindicalismo cutista nos dias atuais, como é o caso do Sindicato dos Ferroviários.

Nesse sentido, a negociação é entendida como política ou, de acordo com Rancière (1996), como a maneira dos que não têm direitos cobrarem a sua parte e, no caso dos sindicatos, essa cobrança é feita, algumas vezes, publicamente, ou melhor, trazendo a público relações que eram interpretadas sob a ótica do direito privado. A greve, na sua forma clássica, é um exemplo citado por Rancière. Concebida dessa forma, a política é feita de relações de mundo. Disso decorre uma questão de fundo que se refere à possibilidade do movimento sindical ser

¹² Estou ciente das críticas e acusações, como a de peleguismo, que esse tipo de ação provocaram e ainda provocam no debate sobre o sindicalismo brasileiro. Contudo, não se pode perder de vista que diante de um quadro tão desfavorável ao movimento sindical, a participação em pactos sociais ou em fóruns onde não há maioria de trabalhadores, mas que possam beneficiar a classe trabalhadora, não pode ser desprezada.

capaz de reinventar a política ou, como a define Rancière, o campo do conflito. Estará o sindicato refém do neoliberalismo ou segue tentando reinventar a política, tentando trazer o conflito para a dimensão pública, o que implica na tentativa de reversão da lógica privatista que vem sendo imposta aos trabalhadores?

Acreditando que há sinais da resposta ser afirmativa, isso parece indicar que o processo democrático no Brasil está passando por grandes transformações e que o espaço público vem ganhando um maior peso. Só que, ao mesmo tempo em que isto ocorre há, da mesma forma, um processo de espetacularização da política no país. Refiro-me à tendência de transformação da política em um grande *show*, onde a agenda política passa, prioritariamente, pelas mídias e pelo espaço que estas concedem a determinados temas e perspectivas¹³.

Assim, ao considerar a importância do espaço público para se compreender a dinâmica do movimento sindical de trabalhadores no Brasil atual, estou buscando enfatizar o fato de tal movimento ser um tipo de ação coletiva e que, como tal, não pode ser pensado apenas no espaço do mundo do trabalho ou mesmo no espaço institucional das relações profissionais. Sendo os sindicatos fenômenos sociais, ao menos enquanto o trabalho assalariado for a mola mestra da organização da sociedade, faz-se necessário entendê-los em toda sua complexidade, o que significa abordá-los nos contextos sociais ampliados em que eles se manifestam. Daí a necessidade em se pensar os sindicatos inseridos na sociedade civil, com potencial de provocar o debate público nas esferas públicas e, ao mesmo tempo, caudatários das opiniões públicas que emergem destes debates, nas suas demandas e nas suas possibilidades de influenciar decisões sociais e políticas de interesse para a classe trabalhadora.

Importante, ainda, não se perder de vista as novas características do trabalho, bem como o modo de ser da classe trabalhadora na atualidade. Outros elementos que não poderão ser esquecidos são as mudanças na legislação sindical e trabalhista, nesse momento em plena discussão no Fórum Nacional do Trabalho instalado pelo governo Lula. Aliás, a rela-

¹³ Ribeiro (*op. cit.*) faz uma análise muito interessante sobre a política como espetáculo, referindo-se à teatralização da política – quando os cidadãos ficam reduzidos a espectadores das decisões políticas. “Quanto mais o governante fizer cena para a sua popularidade, esquecendo o público pelo publicitário, menor será o caráter público das políticas adotadas, menor seu compromisso com o bem comum” (p. 34).

ção do movimento sindical com o Estado é um outro elemento subjacente a esta abordagem, sobretudo na conjuntura atual, onde se destaca a intensa presença de sindicalistas em cargos estratégicos do governo federal.

2 - Novas características do trabalho e o “modo de ser” da classe trabalhadora

Os processos de globalização¹⁴ e de reestruturação produtiva em curso vêm desencadeando mudanças significativas no mundo do trabalho. Vive-se um novo momento no capitalismo, cujas características fundamentais estão assentadas na hegemonia de uma lógica financeira e na flexibilização, em todos os níveis, mas fundamentalmente do trabalho e do trabalhador, e na desregulamentação e liberalização sustentadas no modelo neoliberal, que visa a mais completa mobilidade/liberdade e mundialização do capital. É nesse contexto, segundo Ramalho & Santana (*op. cit.*), que se pode discutir as principais implicações objetivas e subjetivas das mudanças nas políticas de gestão e organização do trabalho.

No Brasil, embora com particularidades decorrentes da sua inserção no cenário econômico e político mundial, os reajustes também foram implantados trazendo, sobretudo para a classe trabalhadora, consequências tão trágicas que ainda estamos vivendo sob o impacto das

¹⁴ Convém esclarecer sobre a utilização desse conceito, uma vez que tem sido utilizado e discutido de diversas formas. Referenciando Boaventura Santos, trabalharei com uma definição de globalização menos centrada na economia, embora dela não se afaste, mas “mais sensível às dimensões sociais, políticas e culturais. Aquilo que habitualmente designamos como globalização são, de fato, conjuntos diferenciados de relações sociais que, por sua vez, dão origem a diferentes fenômenos de globalização” (2001: 10). Nesses termos pode-se falar em globalizações. Assim, Boaventura Santos distingue quatro formas de globalização, de acordo com os modos como são produzidas. Trata-se do localismo globalizado, do globalismo localizado, do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade, sendo a primeira referente aos países centrais e a segunda aos países periféricos. As duas últimas são resultado da intensificação de interações globais que não se caracterizam como os dois anteriores. Tendo em vista as características de um país como o Brasil, dentro dessa tipologia sugerida, o conceito de globalismo localizado é mais apropriado para identificá-lo. “Trata-se do impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais, por essa via, são desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos transnacionais” (*op. cit.*: 13).

mesmas, principalmente porque por aqui ainda vivíamos problemas muito básicos, se comparado aos países de capitalismo central.

As novas formas de contratação e gerenciamento da força de trabalho adotadas no Brasil, a partir dos anos 1990, impostas para enfrentar as transformações do mercado, associadas à descentralização produtiva, com adoção da deslocalização industrial e da “nova e radical terceirização” (Alves, 2000), desenham um cenário onde cresce o desemprego estrutural e, ao mesmo tempo, criam um cenário onde convivem, de um lado, trabalhadores mais qualificados e, de outro, novos postos de trabalho precarizados, formados por trabalhadores qualificados, porém, instáveis, pelos temporários e subcontratados, estando estes últimos no final da cadeia produtiva ficando, portanto, excluídos da produção enxuta e dos “benefícios” proporcionados pela mesma. Vale lembrar que tais fatos atingem o “pólo moderno” do país, ou seja, a precariedade penetra no núcleo mais integrado dos trabalhadores assalariados, atingindo, também, os que mantêm vínculo formal de emprego.

A organização do trabalho descentralizada e as tarefas de trabalho integradas horizontalmente são características essenciais dos novos conceitos de produção. Ao lado dessas características estão as exigências por um comportamento independente na solução de problemas, a capacidade de trabalho em grupo, de pensar e agir em sistemas interligados e de assumir a responsabilidade no grupo de trabalho. Observa-se uma crescente individualização na orientação da vida e do sujeito no mundo do trabalho. Características como autonomia e competência pessoal são cada vez mais valorizadas. Há uma incorporação do discurso da qualidade e da produtividade pelos trabalhadores.

Segundo Dias (1999:50), busca-se, nesse processo, “destruir não apenas o trabalhador coletivo, mas os seus coletivos. Em suma, quer-se produzir um operário parcelar, descontínuo e, acima de tudo, inteiramente subordinado ao capital. Um trabalhador que, por medo de perder o emprego, defende não apenas a produtividade do capital mas, até mesmo a demissão dos seus companheiros”. Exemplo disso são as ilhas de produção, onde um trabalhador acaba se vendo obrigado a vigiar o outro, o que além de aumentar a produtividade para o capital, aumenta a insegurança para o trabalhador e ainda dispensa a vigilância do patrão. E o que é mais perverso, instala o clima do “todos contra todos”, acirrando uma postura individualista e competitiva entre os próprios trabalhadores.

Concordo com o autor sobre a perversidade dessa nova forma de gestão, cuja grande novidade centra-se muito mais nas relações sociais que nos investimentos tecnológicos, mas discordo de que haja o fim dos coletivos de trabalhadores. Acredito que há uma tentativa de pôr fim aos tradicionais coletivos de trabalhadores, aqueles que permaneciam distantes da racionalidade da empresa. Parece estar havendo a emergência de novos coletivos integrados à racionalidade da empresa e aos seus valores dominantes, cuja adesão emerge de forma individualizada.

Um outro fator importante para a compreensão desse processo, em curso no Brasil, diz respeito à flexibilidade do contrato de trabalho, elemento que revela que a acumulação flexível ocorre igualmente na dimensão jurídico-institucional da relação capital-trabalho assalariado. Isso ilustra a necessidade de uma regulação do trabalho que, também, seja capaz de traduzir em normas legais essa lógica da flexibilidade. Aliás, já havia, no Brasil, uma flexibilidade estrutural do mercado de trabalho, decorrente do modo como o país vem se desenvolvendo. Percebe-se que o "capital em processo tende a revolucionar o conjunto das relações sociais (...), não só no campo da produção, mas também da sociedade e do Estado" (Alves, *op. cit.*: 240).

Um outro aspecto da reestruturação produtiva no Brasil refere-se à privatização de empresas públicas que, na década de 1990 e, em menor escala, ainda hoje, se constituiu num fator de grande peso para a recomposição do capital e que vem promovendo a "morte pública" do Estado. Refiro-me ao desmonte da esfera pública, efetuado através da privatização dos mais elementares bens públicos, em nome do ajuste econômico, do combate à crise fiscal do Estado etc. que, na verdade, encobre a requisição dos fundos destinados ao financiamento dos serviços sociais públicos, feita pelo capital, que busca utilizá-los na sua própria reconstituição e o enfraquecimento do movimento de organização dos trabalhadores, nesse caso principalmente do funcionalismo público¹⁵.

Essas estratégias, acrescidas da automação microeletrônica e da flexibilidade do contrato de trabalho no Brasil, debilitam a solidariedade de classe entre os trabalhadores, reforçando interesses corporativos

¹⁵ O caso da concessão dos serviços de transporte ferroviários de passageiros na cidade do Rio de Janeiro, antes prestados por uma empresa estadual, para um grupo espanhol, em 1998, pode ser citado como um exemplo típico dessa afirmativa.

e escamoteando o conflito de classes, o que criou as condições subjetivas para a nova hegemonia do capital na produção, "a variável política da reestruturação produtiva" (Idem, *ibidem*).

Observa-se que, além da precarização das condições materiais no trabalho, assiste-se a uma fragmentação das identidades coletivas, causadas pela ameaça constante do desemprego, pela discriminação sofrida entre os diversos estatutos dos trabalhadores (formais, informais, contratados, subcontratados terceirizados etc.) e pela individualização nas relações de trabalho, o que contribui para o enfraquecimento da subjetividade do trabalhador.

É possível afirmar, então, que as políticas de cunho neoliberal e a reestruturação produtiva em curso no Brasil, conseguiram alterar a dinâmica da sociabilidade do trabalho, degradando-a, tanto no sentido objetivo, ou seja, no tocante à materialidade da organização do processo de trabalho, quanto no sentido subjetivo, principalmente no plano da consciência de classe.

Percebe-se que, diante das atuais investidas do capital sobre o trabalho, a crise do movimento sindical reside, também, na própria estrutura dos sindicatos, que se organizaram para enfrentar um determinado tipo de relação capital X trabalho, baseada no emprego formal. Por conseguinte, para sobreviver às novas investidas do capital, o sindicato precisa estar atento aos padrões de solidariedade que sustentam as práticas sindicais nos novos tempos, quanto aos obstáculos criados para a articulação de interesses comuns e para a constituição de identidades coletivas. Como atuar diante dessas novas questões? Parece ser esse um dos nós a serem desatados e o seu enfrentamento requer, necessariamente, que se pense na introdução dos novos instrumentos de gestão da produção e do trabalho, na atualidade, assim como nas conseqüências desses elementos para a subjetividade dos trabalhadores.

Oliveira (2000) ressalta que todas as estratégias de cooptação, que incluem as táticas japonesas, referindo-se ao toyotismo, "não são outra coisa senão a tentativa de quebrar a representação sindical e deslocar o eixo da negociação para o terreno micro do interesse de cada um" (p. 71), fazendo com que ocorra a anulação de espaços públicos, onde se pode realizar a política. Na verdade essa estratégia traz embutida uma falsa desnecessidade do público, para que se dê uma apropriação privada dos conteúdos do público e sua redução a interesses privados. É isso que se observa com as práticas adotadas pela reestruturação produtiva, amplamente

descritas por Alves (*op. cit.*) e Dias (*op. cit.*), cujo conteúdo traz embutido (mas não menos importante) um componente ideológico de cooptação, de envolvimento ideológico que leva a uma subjetivação por parte dos interesses do capital que é, na verdade, uma privatização do que é, ou potencialmente pode vir a se tornar, público. Contudo, as classes dominadas, segundo Oliveira, seguem tentando fazer política:

“Todo o esforço de democratização, de criação de uma esfera pública, de fazer política, enfim, no Brasil, decorreu, quase por inteiro da ação das classes dominadas. Política no sentido em que a definiu Rancière, a da reivindicação da parcela dos que não têm parcela, a da reivindicação da fala, que é, portanto, desentendimento em relação a como se reparte o todo, entre os que têm parcelas ou partes do todo e os que não têm nada” (Oliveira, *op. cit.*: 60-61).

Oliveira exemplifica essa afirmativa com a experiência da câmara setorial automotiva¹⁶, que se refere a um mecanismo de negociação tripartite entre trabalhadores, empresários e governo. Embora algumas tentativas de instalação nos anos 1980 e 1990 não tenham sido bem sucedidas, o exemplo diz respeito ao resultado concreto de acordo na câmara setorial do setor automobilístico o qual “teria viabilizado as câmaras setoriais como um mecanismo de negociação, de certa forma rompendo com formas tradicionais de relacionamento entre o Estado, os empresários e os trabalhadores” (Ramalho, 1999:99).

Oliveira (*apud* Ramalho) comenta que nesse tipo de entendimento estaria ocorrendo a “construção pactada” de esferas públicas em que interesses divergentes podem ser negociados com alguma transparência, com disposição tanto pelo capital quanto pelo trabalho ao se reconhecerem um ao outro na integridade de seus direitos, como portadores de interesses certamente divergentes, mas não mais irreconciliáveis. Oliveira chama de “antagonismo convergente” esse embate que ocorre numa esfera pública regulada por normas pactadas pelas partes do conflito (*op. cit.*: 100). Todavia, há muitas críticas sobre tal experiência, en-

¹⁶ Conforme já dito antes, as estratégias de negociação foram e serão sempre criticadas por aqueles que defendem incondicionalmente o confronto. Contudo, concordo com Ramalho & Santana (*op. cit.*) que, apesar desse ser um tema polêmico tanto para o movimento sindical quanto nas análises acadêmicas, não pode deixar de ser lembrado como exemplo de busca de alternativas.

tre eles Antunes (*apud* Ramalho) que a considera uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas (*idem*)¹⁷.

Alvarez, Dagnino e Escobar (2000), ao realizarem discussão sobre a dimensão cultural e política nos movimentos sociais latino-americanos, trazem elementos que ajudam a entender e enfrentar o problema do esvaziamento da esfera pública no Brasil, onde poder e política sempre foram esferas privativas de uma casta de privilegiados. Para tanto, o conceito política cultural é utilizado, designando o laço constitutivo entre cultura e política e a redefinição de política que essa visão implica. Esse lado constitutivo, segundo os autores, significa que a cultura, entendida como concepção de mundo, como conjunto de significados que integram práticas sociais, não pode ser entendida adequadamente sem a consideração das relações de poder embutidas nessas práticas, ou seja, no processo pelo qual o cultural se torna fato político.

Assim, a possibilidade de transformar a visão política centra-se na descoberta da ação da força coletiva. Pois são os coletivos que criam dissenso, que criam política, esta entendida como escolha entre soluções alternativas, capaz de elaborar outros modelos, é o que ensina Oliveira (*op. cit.*).

Nesse ponto torna-se interessante trazer um exemplo colhido no Sindicato dos Ferroviários. Trata-se da estratégia utilizada desde a época da concessão (leia-se privatização) dos serviços à SuperVia, que se apóia na mobilização dos trabalhadores e da população usuária dos trens (que se equivalem), sobretudo daqueles ramais considerados não lucrativos, como Saracuruna, Magé e Guapimirim. Esses trechos ficaram praticamente abandonados à época da concessão, e a população local depende do transporte ferroviário para trabalhar, porque as passagens de ônibus são muito caras, tornando ainda mais difícil o "arrumar emprego". As associações de moradores daquela região foram algumas que impetraram ações contra a privatização da Flumitrens, com o apoio e orientação do Sindicato dos Ferroviários. Como resultado dessa mobilização popular foi fundado o CONTREM (Conselheiros do Trem), uma parceria das Associações de Moradores locais e do Sindicato dos Ferroviários, para discutir e encaminhar assuntos referentes àquela linha, que só não foi desativada por causa desse movimento, que tem

¹⁷ Os textos citados por Ramalho são: Oliveira, F. *et alii*. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 36. São Paulo: julho 1993 e Antunes, R. *O novo sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Pontes, 1995.

pressionado o Estado e a empresa concessionária para a recuperação dos seus 100 km de linha e do material rodante.

Em pesquisa exploratória inicial, pude constatar que membros do Sindicato dos Ferroviários identificam esta como uma nova maneira de luta. “A mobilização da sociedade é sempre a melhor forma de mudar as coisas”, defendem. O CONTREM cresceu muito de 1999 até hoje, e serviu como modelo para outras regiões de atuação do sindicato. É o que se observa do depoimento de um dos diretores:

“Hoje temos vários grupos aí; Amigos do Trem, Grupo de Defesa do Trem, sempre envolvendo a mobilização de trabalhadores e comunidades usuárias dos serviços. Por exemplo, nesse domingo vai ter uma assembléia lá em Saracuruna, com as igrejas, com várias regiões participantes e representantes da SuperVia. Todo final de semana tem um contato com a comunidade” (Pesquisa exploratória inicial, abril de 2004).

As reflexões de Bihl (1998) trazem pistas para essa discussão. Ao abordar o mito da possibilidade de uma virada do capitalismo em um ato único e brutal, espécie de assalto final concebido sob a forma da greve geral insurrecional, a qual chamou de “grande noite”, ele propõe a “alternativa” ao defender que a revolução proletária é uma obra de grande fôlego, que consiste em se apoderar dos elementos e das condições da construção de uma sociedade, para desenvolver as suas potencialidades críticas e tirar partido das diferentes contradições internas da apropriação capitalista da práxis social. Isso requer pensar as novas potencialidades das características dos trabalhadores que emergem a partir da reestruturação produtiva do capital.

A apropriação da práxis social se dá quando o capital produz uma sociabilidade, um modo de vida em sociedade a ele apropriado, por ser de acordo com as exigências de sua reprodução. Essa apropriação é um processo que tropeça em limites e que dá origem a crises e conflitos, que ele chamou de crise da sociabilidade. Essas crises são parciais, mas crônicas, e se ampliam à medida em que a influência do capital sobre a vida social cresce. Com o seu aprofundamento e o fracasso de sua tentativa de solução por intermédio da gestão estatal, favoreceu-se o desenvolvimento dos “novos movimentos sociais”¹⁸ e as “práticas alternativas”, os quais contribuíram para a ampliação do terreno e para o

¹⁸ O autor refere-se aos movimentos sociais da década de 1970, na França.

aprofundamento da questão em jogo da luta de classes e, portanto, do combate político, nas formações capitalistas centrais.

“Servindo de analistas em relação a múltiplas crises sociais crônicas pelas quais passavam essas formações, revelaram, de maneira mais ou menos clara, que as condições da reprodução do capital ultrapassaram hoje amplamente seu simples movimento econômico (seu ciclo ‘valor em processo’) para se estender à totalidade das condições sociais de existência. Ao mesmo tempo, colocaram em evidência que a luta contra a exploração e a dominação capitalistas deve hoje passar por terrenos e disputas aparentemente sem relação imediata com elas. Em outras palavras, os ‘novos movimentos sociais’ colocaram em evidência o fato de que tudo é (tornou-se) político, desde as relações entre homens e mulheres até a organização do espaço-tempo social e que, conseqüentemente, é preciso ampliar a luta anticapitalista” (Bihl, op. cit.: 153).

Isso ressaltou os limites do movimento de trabalhadores, pois suas organizações sindicais só se preocupavam, até então, via de regra, com problemas relativos à troca e ao uso da força de trabalho nos limites da relação salarial. Ao mesmo tempo, os terrenos de intervenção dos “novos movimentos sociais” apresentavam um caráter periférico quanto à relação social central que é o capital, não colocando diretamente em questão essa relação social e as condições imediatas de sua reprodução. Conseqüentemente, não havia interlocução entre o movimento sindical e os “novos movimentos sociais”, ocasionando uma “fraqueza política”, o que contribuiu para a apropriação, pelas classes dominantes, da práxis social. Contudo, há que se lembrar “o papel que desempenha a periferia na reprodução do centro” (op. cit.: 155), para que não se perca de vista a importância desses movimentos.

A alternativa que Bihl propõe é que a luta anticapitalista, hoje, deve se processar simultaneamente dentro e fora do trabalho, visando à reapropriação da totalidade das condições sociais de existência, pois aí se encontra a crise da sociabilidade, acabando com a separação entre movimento sindical e outros movimentos sociais, o que exige uma reformulação do sindicalismo em todos os seus aspectos. Mais que lutar por melhor nível de vida, é preciso lutar pelo modo de vida, ou seja, contra o conjunto da dominação tanto dentro como fora do trabalho, o que implica na maneira como a própria sociedade se produz e como ela produz as relações com seus membros.

Vou buscar novamente no sindicato um exemplo para o que estou discutindo. Ao conversar com um membro do Sindicato dos Ferroviários sobre as dificuldades de mobilização dos trabalhadores e de encaminhamentos para os problemas enfrentados no cotidiano do movimento sindical, na atualidade, ele comentou que a cultura individualista é um problema:

“É aquele negócio do cada um resolve o seu problema e o resto que se dane. Nós estamos tentando unificar o trabalhador com a sociedade. Não dá para trabalhar individualmente. Eu acho que o movimento sindical pecou muito nisso. A própria Central (referindo-se à CUT) lá na década de 80, 90 se trabalhou muito na questão de cada categoria. Cada categoria trabalhava a sua reivindicação, seu salário, seu emprego, mas nunca foi atrás da sociedade, do usuário, por exemplo” (Pesquisa exploratória inicial, abril de 2004).

Ao ser perguntado sobre a relação atual do sindicato com outros sujeitos da sociedade civil, afirma que há um distanciamento do sindicato com a sociedade, inclusive com a comunidade usuária dos serviços prestados pelas empresas empregadoras dos trabalhadores que representa:

“O que houve com a gente também é que nunca se chegou pro passageiro e explicou as nossas dificuldades para se trabalhar. Então se você fazia uma greve, é comum o passageiro criticar o trabalhador que reivindicava, porque ele não tinha conhecimento das nossas condições de trabalho. Sempre teve uma propaganda contrária e a gente nunca chegou a essa estratégia de procurar a comunidade e explicar o porquê do movimento, que muitas vezes beneficia também outros trabalhadores, os usuários do trem. A gente aqui já fez greve por segurança¹⁹, greve por salário, obvia-

¹⁹ Transcrevo informação retirada do Boletim Dieese de 1999, sobre a greve referida pelo sindicalista: “CATEGORIA: TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS - BASE TERRITORIAL: RIO DE JANEIRO (RJ) – EMPRESA: GREVE DE CATEGORIA – DURAÇÃO: 08/10/1999: 6 horas e 30 minutos - NÚMERO DE GREVISTAS: 1.760 – CAUSAS: Protestavam contra o pagamento de salários pela metade e a demissão de 156 funcionários, ocorrida em outubro, contrariando a promessa da concessionária SuperVia de não dispensar empregados até o dia 15/10 - ENCAMINHAMENTOS/RESULTADOS: Segundo o sindicato, paralisaram as atividades 80% dos 2.200 ferroviários do Rio de Janeiro, a partir de 0h. Durante a paralisação, a empresa obrigou maquinistas recém-contratados a trabalhar, ameaçando demiti-los se aderissem à greve. Para o sindicato, a medida colocou em risco a segurança dos usuários, já que os funcionários forçados ao trabalho tinham poucos meses de experiência. A direção da SuperVia admitiu que os serviços foram interrompidos somente na parte da manhã, voltando ao normal às 6h30”.

mente, garantia de emprego, mas o usuário sempre se sentia prejudicado e a primeira pessoa que ele via para criticar era o próprio sindicato, que era operário igual a ele. Então, hoje, felizmente, a gente consegue, minimamente, o apoio nas nossas movimentações ou da comunidade, por causa desse trabalho de sensibilização e tentativa de unificação que a gente tá fazendo. Por exemplo, tivemos uma audiência pública na ALERJ na segunda-feira, com o deputado Molon, e tinha comunidade de várias regiões, desde Paracambi até Raiz da Serra. Então não estava só o ferroviário, só o sindicato, tava a comunidade, tava outros trabalhadores juntos ali defendendo os seus interesses” (Pesquisa exploratória inicial, maio de 2004).

Essa ampliação do campo de ação sindical se torna interessante, para além do que se passa da esfera do trabalho e das empresas, pois a ação tradicional do sindicalismo mostra-se insuficiente para enfrentar a multiplicidade das especificidades dos terrenos e das disputas das lutas que devem ser conduzidas fora do trabalho, as quais são tão numerosas e complexas que nenhuma organização pode pretender assumi-las sozinhas. Além disso, os trabalhadores não mantêm a mesma relação com os terrenos de luta e as disputas conduzidas fora do trabalho e aqueles situados dentro do trabalho, bem como não é a única classe explorada no modo de produção capitalista, apesar de, indiscutivelmente, serem os que mais suportam o peso da dominação e da alienação imposta pela mesma.

Cabe esclarecer, contudo, que não estou defendendo que o surgimento desses novos sujeitos coletivos e novas problemáticas possam colocar em dúvida a centralidade da relação capital-trabalho como contradição fundamental das sociedades contemporâneas. Defendo que a luta de classes permanece como elemento central nessa relação, não obstante as tentativas de seu esvaziamento político decorrentes das políticas implementadas pelo ideário neoliberal, conforme busquei demonstrar. Por encontrarmos-nos numa sociedade baseada no trabalho, a classe trabalhadora, embora complexificada e fragmentada diante das investidas do capital para superação de sua crise, continua existindo, embora seja fato que há uma “crise do proletariado como sujeito coletivo. (...) Colocando-se a questão em seus devidos termos, a alegada crise do trabalho é, na realidade, a crise dos trabalhadores na condição de sujeito político coletivo” (Sousa, 2003:10).

Porém, os diferentes movimentos, bem como a variedade de greves que estamos presenciando recentemente no mundo e, algumas, no país, parecem indicar que se inicia uma nova fase de lutas sociais, algumas desencadeadas diretamente do mundo do trabalho, outras não diretamente, mas que se rebelam contra essa ordem de coisas que vimos discutindo. São movimentos que, não obstante suas particularidades, parecem dar-se contra a sociabilidade que o capitalismo, em sua recomposição, procura impor.

3 - O sindicalismo diante dos impasses do governo Lula

Num campo de forças fortemente pressionado pela perspectiva neoliberal, que aponta para uma privatização generalizada das relações sociais, aos trabalhadores e ao sindicalismo se coloca, também, como desafio permanente, buscar tornar públicas suas lutas, projetando-as como questões que dizem respeito ao conjunto da sociedade e que devem ser tratadas na esfera da política, através de canais públicos de decisão.

Conforme já visto, o sindicalismo vê-se, no mundo inteiro, diante de importantes mudanças nos padrões de relações de trabalho e de sociabilidade. Os impactos mais evidentes dizem respeito a uma drástica e generalizada redução dos postos de trabalho, notadamente no setor industrial, e a um amplo processo de precarização do trabalho, que tem dado lugar a uma nova configuração do perfil da classe trabalhadora, crescentemente fragmentada em diferentes tipos, como trabalhadores de tempo parcial, temporários, de emprego casual e trabalhadores por conta própria. Beynon (1997) os denomina de trabalhadores hifenizados. Frente a um tal processo, a capacidade de representação sindical se vê cada vez mais comprometida. A tendência de queda nos níveis médios de sindicalização na maioria dos países, nas últimas duas décadas, o indica, como demonstra Antunes (1995)²⁰.

Além de afetarem drasticamente as bases sociais sobre as quais se construiu historicamente o sindicalismo, as mudanças em curso

²⁰ Contudo, é bom lembrar, conforme demonstra Boito Jr. (*op. cit.*), que há diferenças entre os países. Na China, por exemplo, há um expressivo aumento do número de sindicalizados. A crise do sindicalismo não é, portanto, um fenômeno mundial e homogêneo.

problematizam as estratégias que se utilizaram para se fazer reconhecer como um espaço legítimo de representação coletiva dos trabalhadores. O fenômeno da “globalização” traz consigo o acirramento da competição entre os próprios trabalhadores, constituindo um campo propício ao que Beynon (*op. cit.*) chamou de “ascensão do individualismo” e “queda da ética coletiva”²¹. Uma tal “fragmentação do espírito coletivista” resulta da adoção de novas estratégias empresariais, que, mesmo estimulando formas de trabalho em equipe, o fazem sob o pressuposto de um maior compromisso e uma maior identificação dos trabalhadores em relação aos objetivos das empresas (Rodrigues & Ramalho, 1998).

Somado a isso, a prática sindical vem sendo deliberadamente atingida, pelas forças neoliberais, no seu papel de regulação social, no que se refere à associação histórica entre contratação coletiva de trabalho e padrão fordista de produção (Bihl, *op. cit.*). Desse ponto de vista, os sindicatos são tomados como um grande obstáculo.

As possibilidades e formas de atuação dos trabalhadores e do sindicalismo sobre as novas realidades do mundo do trabalho, segundo indicam os estudos, são múltiplas, variam segundo as condições sócio-culturais de cada lugar e encontram-se em um momento de experimentação de novos caminhos. É certo que a correlação de forças se apresenta, em termos gerais, de modo francamente desfavorável para aqueles, o que tem dificultado sobremaneira uma reversão do referido quadro.

O padrão de relações de trabalho no Brasil se constituiu sob a égide do Estado corporativista, que combinava alguma proteção social de natureza paternalista com a conservação e recriação de profundas desigualdades sociais. De outro lado, o desempenho recente das organizações sindicais, com destaque para aquelas identificadas com a CUT e, nos anos 1980, contrastou com a tendência à dessindicalização e fragilização dos sindicatos que, desde a década de 1970, vem atingindo a maioria dos países centrais. A tais especificidades pode se acrescentar o modo tardio e particular como foram introduzidos, aqui, os processos de reestruturação produtiva e as políticas de características neoliberais, conforme visto.

²¹ Importante lembrar que, para Marx, o individualismo aparece sob o nome de alienação, correspondendo às rupturas das relações entre os homens, ou da não percepção pelos homens das relações entre eles mesmos. Nesse sentido, é uma consequência da especialização das atividades, provocada pelo capitalismo e potencializada pelas inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho.

Para além dos novos desafios trazidos pelas novas realidades do mundo do trabalho, o sindicalismo brasileiro continua às voltas com a herança do modelo corporativo. A situação atual de fragilização da ação sindical também está relacionada à tendência progressiva de acomodação dos diversos segmentos sindicais frente à estrutura corporativa (Antonio de Oliveira, 1998). Considere-se, no entanto, que tal instituição passa, também, a ser um obstáculo segundo a perspectiva neoliberal. O debate sobre a sua eliminação ressurgiu como parte de uma tendência mundial de desregulamentação dos direitos sociais e de flexibilização das relações de trabalho, particularmente em um momento em que o movimento sindical encontra-se enfraquecido. As iniciativas governamentais na área visam, de um lado, a eliminar a regulamentação e a ação do Estado no âmbito do direito individual do trabalho e, por outro, restringir o poder sindical, quanto à negociação coletiva e ao direito de greve. O governo FHC promoveu tais mudanças através de iniciativas pontuais, tais como a Medida Provisória sobre a PLR, em 1994; a decretação do fim da indexação salarial, em 1995; a lei das cooperativas de trabalho, em 1994; a lei da contratação por tempo determinado, em 1998; o anúncio de um conjunto de projetos de lei prevendo, entre outras coisas, a eliminação do monopólio da representação e o imposto sindical (Krein, 1999), que vêm sendo objeto de polêmica no Fórum Nacional do Trabalho, do governo Lula e, possivelmente, se tornará realidade com a reforma trabalhista e sindical, esta última em curso.

A questão que se coloca no caso do sindicalismo brasileiro, em especial em relação aos setores identificados com a CUT, é sobre se o acúmulo político e organizativo que conseguiu construir na sua história o credencial como um campo de possibilidades de construção de alternativas às imposições do ideário neoliberal e ao tipo de sociedade que estas articulam pois, em meio às contradições que a própria recomposição do capitalismo evidencia, pode haver espaço para uma nova direção política, nas lutas pela disputa da hegemonia, conforme já apontado.

Nota-se, contudo, que, se as mudanças advindas com a recomposição capitalista restringem as possibilidades do sindicalismo, ao mesmo tempo apresentam-se situações que têm concorrido para o estímulo de novas práticas sindicais. É o que ocorre quanto aos processos de reestruturação produtiva, quando os sindicatos conseguem reunir algum poder de barganha no local de trabalho. Um novo campo de conflitos e negociações propicia novas experiências, como aquela da "reestruturação negociada" ocorrida em empresas metalúrgicas do ABC (Blass, 1998).

Outro fator de inovação na prática sindical está relacionado com a constituição de novos espaços institucionais nos quais as entidades sindicais vêm tendo uma participação crescente. O que foi possibilitado sobretudo pela Constituição de 1988, embora efetivado principalmente a partir do início da década seguinte. Tais espaços, em “sua maioria, são não paritários, deliberativos, têm como objetivo a formulação de diretrizes e foram criados a partir de decisões do Poder Executivo” (Pochmann et alli, 1998:15). Dentre tais espaços, têm ganhado maior destaque na agenda sindical o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) e as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e Trabalho, os conselhos de saúde e de educação, nas várias esferas de governo, entre outros. Os desafios que esse tipo de envolvimento sindical traz ampliam-se com o fato de se colocarem em um momento de declínio do seu poder de mobilização junto aos trabalhadores. Entretanto, contribuem para ampliar o seu raio de ação. A negociação sindical, que antes se restringia às campanhas anuais de datas-base, agora se expandem tanto em direção aos fóruns institucionais quanto às empresas (Pochmann et alli, 1998)²².

A prática sindical cutista, diante das novas situações, riscos e oportunidades criadas, se antes girava em torno das negociações de data-base, dos reajustes salariais e das greves massivas de categoria, do final dos anos 1990 para cá, ao mesmo tempo em que perde poder de mobilização, assume uma nova agenda, onde a questão do emprego, na proporção em que cresce o desemprego e avança a precarização do trabalho, vem assumindo cada vez mais um lugar central. Ganham, ainda, destaque iniciativas relacionadas com temáticas como formação profissional, saúde, educação, transporte, habitação, previdência e cidadania.

Em que medida um esforço assim de dialogar com novas realidades que se lhes apresentam, dando ensejo a novas práticas, deslocamentos, rupturas, reconfigurações no campo discursivo constitutivo da experiência cutista, não implica em um movimento de reinvenção? E até onde tal processo aponta para a sua recomposição como um

²² Há que se lembrar, aqui, o risco que se corre, já que a institucionalização desses espaços pode funcionar como “faca de dois gumes”, ou seja, pode funcionar como elemento de cooptação dos movimentos em luta, cabendo a estes a vigilância constante, para não cair na armadilha da “confluência perversa” (Dagnino, 2002), entre projetos políticos que apontam para direções opostas.

campo de formulação e articulação de alternativas ao discurso hegemônico?²³

A partir de observações das ações e estratégias que o Sindicato dos Ferroviários, dentre outros, tem procurado adotar, constata-se um movimento em busca de alternativas. Entretanto, tais práticas podem se constituir em potencialidades contestadoras frente ao discurso hegemônico? Para tentar responder a essa questão, torna-se necessário pensar o movimento sindical diante do governo Lula.

As audiências e reuniões públicas das quais vem participando e a repercussão que as ações empreendidas pelo Sindicato dos Ferroviários teve na mídia, à época da privatização, por exemplo, foram fundamentais para dar visibilidade ao movimento, arregimentar-lhe apoio e contribuir para uma leitura pública da problemática da privatização de um serviço social básico, além do desemprego de parte dos ferroviários.

Contudo, por ser um sindicato da base cutista e pelas vinculações que esta Central possui com o atual governo, o estudo das estratégias que o Sindicato dos Ferroviários vem implementando - ainda que numa linha que busca a associação a outros movimentos sociais com o objetivo de ampliar sua base de atuação política em defesa de direitos dos trabalhadores que representa e do trabalho de um modo geral -, requer uma análise mais cuidadosa.

A vitória e a chegada do candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República abriu um novo cenário político no país, mas apresenta enormes desafios ao movimento de trabalhadores brasileiros. Desafios que, certamente, estimulam o debate sobre a relação dos movimentos sociais com os governos de esquerda. Pela primeira vez na história o movimento sindical brasileiro está diante de um governo liderado por um partido nascido das próprias organizações dos trabalhadores em articulação com outros movimentos sociais. O que o sindicalismo brasileiro pode esperar deste governo e como deve agir em relação a ele? O problema relaciona-se ao papel das organizações de esquerda no novo contexto político do Brasil. Tais organizações, que se desenvolveram como oposição a diversos governos, devem continuar na oposição? Ou devem apoiar o governo Lula, já que, em tese, ele representa o interesse dos trabalhadores?

²³ A esse respeito vide Vêras (1999).

Após a intensa mobilização política e as conquistas da década de 1980, a década de 1990 trouxe um período de perdas políticas para o movimento dos trabalhadores e para o processo de democratização, em geral, no país, como resultado das políticas de corte neoliberal desenvolvidas pelos governos Collor e FHC. Nesse contexto surgiu, paralelamente à CUT (criada em 1983), a Força Sindical (criada em 1991), introduzindo na luta sindical uma nova visão, a do sindicalismo de resultados. A Força Sindical criticava a relação da CUT com o PT, mas apoiou o processo de privatizações do governo Collor (onde teve um Ministro do Trabalho) e FHC. Sempre atrelada aos empresários, obteve conquistas que foram apresentadas aos trabalhadores como resultado de uma moderna forma de agir, baseada no consenso ou, como chamavam alguns, no pacto social. Apesar disso, existem hoje em torno de 20 mil sindicatos oficialmente registrados no Brasil, e a CUT continua sendo a principal organização de unidade sindical da América Latina²⁴.

O refluxo do movimento de trabalhadores na década de 1990 também teve repercussões políticas no PT, bem como as relações políticas desgastadas dentro do partido tiveram repercussões para o movimento de trabalhadores. Apesar do partido ter acumulado vitórias eleitorais, especialmente no nível municipal, pode se falar de uma perda política no seu programa. A maioria do PT abandonou as concepções socialistas e, na eleição para presidente da República, apresentou a idéia de um pacto social na sociedade brasileira, com o objetivo de desenvolver socialmente o país com prioridade no setor produtivo.

O desenvolvimento do PT e do movimento de trabalhadores ocorreu, portanto, de forma paralela, tanto em seu auge como em sua crise. O novo neste contexto é que o PT é o partido que lidera o governo brasileiro, enquanto o movimento sindical ainda apresenta sintomas de crise. A vitória eleitoral, no entanto, não representa a tomada do poder por parte dos trabalhadores, pois parece que a maioria, no PT, não se dispõe a apoiar o programa do partido dos anos 1980, o qual estava muito mais próximo das expectativas do movimento dos trabalhadores do que

²⁴ A esse respeito vide "Sindicatos – Indicadores Sociais 2001". Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

atualmente²⁵. O poder continua em disputa na sociedade e o programa apresentado pela vitoriosa campanha de Lula é uma contraditória tentativa de juntar interesses, até então conflituosos, para vencer as eleições. Ou seja, o PT buscou ganhar a confiança da burguesia (em suas diversas frações) e dos trabalhadores organizados para a proposta de pacto social, mas sem colocar como objetivo a superação do modelo econômico existente.

De acordo com Boito Jr. (2003), contudo, a vitória de Lula tem uma grande importância na história política do país porque

“(...) um partido organizado por movimentos sociais e por correntes progressistas venceu a eleição presidencial num país elitista como o Brasil e numa situação internacional em que as vitórias da reação são a regra. A situação, contudo, é complexa e contraditória. A vitória do PT traduziu a insatisfação popular com o neoliberalismo, mas esse partido não apresentou, durante a campanha eleitoral, um programa alternativo ao modelo econômico neoliberal. (...) A correlação de forças é de fato desfavorável e as dificuldades para um governo de esquerda são muito grandes. Mas, mais que um recuo tático, a direção do PT parece ter decidido deslocar-se definitivamente para uma posição de centro esquerda cujo objetivo é alterar apenas aspectos muito secundários do modelo neoliberal. Quais aspectos seriam esses? Com apoio de quais classes e frações de classe o PT poderá contar se persistir nessa direção?” (p. 34).

A vitória eleitoral aconteceu, o que ainda não significa que, com isso, a correlação de forças tenha mudado em benefício dos trabalhadores. Tal mudança um governo não consegue fazer sozinho. Isso, também, não depende, simplesmente, da vontade deste governo ou da mai-

²⁵ Boito Jr. (2003) lembra que o programa que empolgou o PT na década de 1980, que era o projeto social-democrata de implantação de um Estado de Bem-Estar no Brasil, parece, pelo menos temporariamente, arquivado. A velha social-democracia fundava sua estratégia na generalização dos direitos sociais e dos serviços públicos garantidos em lei e financiados pelo Estado; o social-liberalismo, para onde aponta o programa, o discurso e as iniciativas e alianças do PT, funda a sua estratégia nos projetos e programas sociais restritos, condicionados, incertos e financiados pela parceria do estado com o terceiro setor. (pgs. 35 e 36). Santana (2004), aponta que a participação dos sindicatos no governo Lula ainda se restringe à ocupação de cargos estratégicos do governo federal por alguns sindicalistas.

oria do partido, pois o problema é muito mais profundo: até que ponto o governo Lula tem respaldo social para implementar as importantes e esperadas mudanças? Parece que significativos avanços como a reforma agrária, a inversão de prioridades, a reestatização de importantes empresas, por exemplo, só podem ser implementados através da mobilização popular. E, nesse aspecto, a posição do movimento de trabalhadores diante desse governo assume uma importância fundamental, tanto para sua sustentação política como na pressão social para a implementação dessas históricas demandas das classes trabalhadoras e do próprio PT que, no atual programa de governo, pouco aparecem ou não estão claras.

De acordo com Santana (2003), a relação entre sindicato e partido tem sido, ao longo da história do movimento de organização dos trabalhadores, uma das questões mais delicadas para a análise, sobretudo quando o partido no aparelho de Estado era fruto histórico da trajetória de luta dos próprios trabalhadores:

“O que se viu ao longo da história foi que ainda que se pensasse como representante direto dos trabalhadores, o partido no governo acabou por se distanciar muito daquelas que seriam as históricas demandas dos trabalhadores. Isso ficou muito claro nos países do centro onde, cada um da sua maneira, os partidos socialistas, comunistas, ou trabalhistas no governo acabaram assumindo posturas contrárias as que defendiam até a posse” (Idem, ibidem).

A chegada do PT ao governo traz uma série de questões tanto para o próprio partido como para os sindicatos. Até o momento, o que se observa são indicações ou propensões, sendo precoce qualquer definição dos rumos adotados. Um membro do Sindicato dos Ferroviários, ao comentar sobre as relações com o PT, a CUT e o governo Lula, revela:

“Eu acho que não tá ruim. A gente confundiu muito o que é ser governo, o que é ser PT e o que é ser sindicalista. Existe um conflito na nossa cabeça com a liderança. Acho que com o tempo a gente vai conseguir absorver isso. Acho que a gente fez campanha pro Lula, a gente lutou pra eleger o companheiro. A gente continua acreditando, ainda dá pra acreditar que tá mudando algumas coisas e que tá no caminho certo. Ninguém muda uma cultura de quinhentos anos em um ano e meio. O discurso do Lula mudou muito, mas o pessoal tá entendendo que se não tiver um

discurso que a sociedade entenda, vai cair num abismo sem limites. Por que não tá tendo essa geração de empregos propriamente dita? Porque o empresário está com desconfiança do Lula ainda. Está com um pé atrás: será que o Lula está tocando um trabalho para a sociedade ou para o operário? Eu acho que só o tempo é que vai dizer isso pra gente. O nosso sindicato sempre teve uma relação muito próxima com o PT e com a CUT. Disputamos a presidência da CUT no último congresso e temos um deputado federal, o Carlos Santana, com vários mandatos. Há uma aproximação, claro que defendendo que o PT é uma coisa e o sindicato é outra. A articulação com o partido é fundamental. Não tem como você ter uma entidade e dizer que ela é neutra” (Pesquisa exploratória inicial, maio de 2004).

Observa-se que são muitas as questões envolvidas, mas parece que o movimento sindical busca preservar sua autonomia, tanto diante de um governo como diante de partidos políticos. Contudo, a independência do movimento operário está relacionada com a luta de classes. Até então isso parecia mais simples no Brasil, já que os governos estavam claramente situados ao lado do capital, e o movimento operário, de forma independente, fazia oposição. Mas, num governo de um partido que até então se mostrou situado em favor dos trabalhadores, qual será o critério que o movimento de trabalhadores adotará para se posicionar? Tendo em vista que o movimento sindical tem funções distintas e que não podem ser confundidas com as do partido e/ou do governo, torna-se importante observar como será a sua a posição diante do governo Lula. Se manterá autonomia, tomando decisões em sua própria instância e adotando uma postura de participação crítica, estando atento a qualquer estratégia que contrarie os interesses dos trabalhadores ou, se, ao contrário, adotará uma postura acrítica, fortemente vinculada à direção que o governo tomar? Santana (2004), ao discutir a tensa relação entre sindicato, partido e Estado afirma que “o contrário de atrelamento é autonomia e não sectarismo; assim como o contrário de sectarismo não é atrelamento, mas sim participação sindical crítica e combativa” (p. 28). Nesse sentido, um estudo aprofundado sobre os rumos do governo Lula e sua relação com o movimento sindical é fundamental para o entendimento destas questões.

O apoio ao governo seria, neste momento, um dado importante, pois se trata das perspectivas de futuro da esquerda no Brasil. Os interesses do capital estarão pressionando constantemente o governo, e

somente uma ampla base social poderá impedir que ele venha assumir plenamente uma trajetória à direita ou a conceder espaço para a vitória dos que adotam uma perspectiva neoliberal. Se este governo vir a frustrar, é possível que também venha a abalar o desenvolvimento do movimento operário, pois ele não se desenvolveu isolado do PT e até agora a construção de ambos apoiou-se de forma recíproca. Esta parece ser a grande diferença do governo Lula em relação aos outros: ele representa, ao mesmo tempo, o resultado e a esperança de inúmeras organizações de esquerda que se desenvolveram durante as últimas décadas no Brasil. O grande desafio parece ser combinar as expectativas de cada movimento com a construção de uma nova perspectiva de poder político de esquerda, na qual tanto o governo como a base social dos trabalhadores organizados estejam empenhados. Os rumos deste processo, no entanto, permanecem em aberto.

4 - Considerações não conclusivas

Diante do que foi visto, é possível constatar que as transformações recentes no mundo do trabalho vêm trazendo novas condições de existência e novas características culturais para os trabalhadores. Eles vivem sob circunstâncias diferenciadas em relação ao mundo do trabalho tradicional, que emergiu das revoluções industriais e forjou as configurações econômicas da modernidade.

Outra diferença marcante é que no mundo do trabalho tradicional a cultura dos trabalhadores, constituída em torno das grandes linhas de produção, fortaleceu-se diante da enorme concentração humana exigida pela organização fordista/taylorista, favorecendo a organização coletiva. Essa organização correspondia aos níveis de produtividade demandados pelo novo mercado de massas e pelo consumo padronizado, o que também impulsionava sua homogeneidade cultural. A organização dos operários industriais enquadrava as classes trabalhadoras em geral. Contudo, este processo se esgotou.

Esses fatores determinam, hoje, um movimento inverso, ou seja, a cultura e a ideologia que vêm da fábrica produzem a dispersão. As novas subjetividades do mundo do trabalho são o produto sintetizado dos diversos segmentos de uma sociedade mundial unificada, contraditoriamente, por valores individualizantes, fruto de uma lógica privatizante.

A subjetividade da classe trabalhadora tradicional, sobretudo nos países de capitalismo central onde o *Welfare State* se desenvolveu de forma plena, tensionava fortemente para a formação de uma identidade coletiva. Ela impulsionava uma formação cultural e política facilitadora da cumplicidade com “o outro” trabalhador, que existia ao lado em condições de sobrevivência próximas. Hoje, além de esvaziar-se a construção de espaços públicos, pela insegurança e incerteza oferecidas pela cultura de mercado reduz-se, conseqüentemente, a força dos sindicatos de trabalhadores e se enfraquece o Estado prestador, que acolhia algumas demandas da classe trabalhadora. Essa acolhida hoje é cada vez menor, não só porque a diversificação do mundo do trabalho tem dificultado a busca de novas formas de lutas e organização, mas porque a complexificação e a fragmentação, resultados mais perversos das mudanças em curso, reduziram muito a capacidade de barganha dos assalariados. Para obter novos direitos, eu diria mais, para manter direitos, hoje, são necessárias outras formas de luta.

O “novo mundo do trabalho” gera uma enorme massa de trabalhadores, empregados, desempregados e subempregados, que tendem à “auto-afirmação das suas identidades especiais” (Dubar, 2001), sem uma articulação com uma identidade coletiva que possa lutar por seu reconhecimento, levando a uma individualização cada vez mais forte e complexa.

Por todas essas questões, o desafio maior da classe trabalhadora, parece ser o de “soldar os laços de pertencimento de classe” (Antunes, 1999a) existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho. E, desse modo procurar articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, assim como os desempregados. Além disso, o sindicato, como organismo clássico (pelo menos até agora) de representação da classe trabalhadora, deve estar atento e buscar o fim da separação entre ação econômica e ação política, olhando também para fora do mundo do trabalho, já que a luta contra a ordem que se estabeleceu precisa tratar a dimensão social e política como indissociáveis. Portanto, o resgate do sentido de pertencimento contra as inúmeras fraturas, tanto objetivas quanto subjetivas impostas pelo capital, ou seja, a construção de identidades coletivas, é um dos seus desafios mais urgentes, no sentido de se posicionar como um movimento crítico e contestador,

na correlação de forças em presença na sociedade, para lutar contra projetos sociais e políticos que sejam contrários aos interesses da classe trabalhadora (cf. Antunes, 1999b).

Contudo, quando se vive mudanças profundas ainda não assimiladas, corre-se o risco de elaborarem-se explicações equivocadas. Atualmente, além das mudanças substanciais que se dão no “mundo do trabalho”, observam-se, igualmente, modificações nas análises sobre ele e sobre as expressões políticas que se originam dele ou a ele são direcionadas.

A leitura feita traz, de início, uma sensação de que parece não haver saídas. Os caminhos apontam para uma espécie de colapso dos horizontes da modernidade, com a destruição dos coletivos e o fortalecimento do individualismo competitivo. A crise que vem atingindo o mundo do trabalho é de proporções ainda não de todo assimiladas. Conforme afirmam Ramalho & Santana (2003), não foram apenas as práticas dos agentes sociais e os projetos políticos a eles relacionados os vitimados pela desestabilização. A teoria social, voltada para a compreensão daquelas práticas e projetos, também não ficou imune. Percebem-se, hoje, claramente, os limites conceituais das formulações explicativas para o entendimento do quadro em curso e a necessidade de se construir elementos analíticos mais adequados. Ainda que nesse cenário a incerteza seja a condição mais sustentável, há que se buscar um tipo de reflexão onde sejam criadas condições para que a crítica possa existir, percebendo que, em algum lugar, possa ter alguma possibilidade para a política, como pensamento e como ação.

Torna-se necessário buscar reflexões que possam explicar as ações coletivas dos indivíduos dentro e fora da esfera econômica - sem, contudo, perder de vista a centralidade do trabalho - que possam desvendar as condições da política contemporânea. Nesse sentido, Thompson pode ser considerado uma fonte de inspiração por propor uma nova forma de pensar os fenômenos sociais, valorizando não apenas as relações econômicas, mas, também, trabalhando no campo das mentalidades coletivas. Para ele, a ênfase na democracia está na capacidade inventiva da ação humana coletiva. E a política se encontra tanto no conflito, quanto na inventividade dos conflitantes. Assim, se não se der fala aos agentes coletivos, através da criação e ampliação de espaços públicos onde se definem as propostas coletivas, é impossível pensar a democracia e, portanto, pensar a política. Nesse sentido, a “formação

da classe operária inglesa” é uma história de reelaboração e de invenção dos sentidos, inclusive o do trabalho. Thompson propôs uma outra forma de investigar as experiências dos trabalhadores, trabalhando com a questão da “invenção do mundo comum” e das escolhas de ações, motivadas pela cultura política. A estas escolhas ele denomina consciência de classe, a qual se constrói na luta coletiva. A história do coletivo reinventa-se, então, na medida em que se constrói “uma cultura política a partir da aprendizagem que a experiência legou”. Se o modelo neoliberal, responsável pela fraqueza da cidadania, foi uma escolha política, é possível afirmar que outras escolhas são possíveis...

Referências Bibliográficas:

- ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E. e ESCOBAR A. (Orgs.). *Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTONIO O. M. *Notas Sobre a Crise do Novo Sindicalismo Brasileiro*. In. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, jan-mar/1998. V. 12, nº 1.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez Editora Campinas, Editora da Unicamp, 1995.
- _____. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999a.
- _____. *A lógica destrutiva – crise do trabalho coloca como desafio resgatar sentido de classe*. Folha de São Paulo. 09/11/99. (1999b).
- _____. *O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia*. In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 69. São Paulo: Cortez, 2002.
- BEYNON, H. *As Práticas do Trabalho em Mutação*. In. ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- _____. *A Destruição da Classe Operária Inglesa?* In. RBCS. São Paulo. Nº 27, 1995.
- BIHR, A. *Da Grande Noite à Alternativa: O Movimento Operário Europeu em Crise*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.
- BLASS, L. *Alcance e Limites da Reestruturação Negociada*. In. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 1998. V. 12, nº 1, jan-mar.
- BOITO Jr., A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. *A crise do sindicalismo*. In SANTANA, M. A. e RAMALHO, J. R. *Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- _____. *Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. Seminário Intermediário do GT ANPOCS Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social*. São Paulo: USP, 2003.

- CASTEL, R. *As metamorfoses do trabalho*. In: FIORI et al., J. L. Globalização, o fato e o mito. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998.
- COSTA, S. *Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais*. In: RBCS nº 35, 2003.
- DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DIAS, E. F. *A liberdade (im)possível na ordem do capital – reestruturação produtiva e passivização*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1997. Textos Didáticos, nº 29.
- _____. *Reestruturação produtiva – forma atual da luta de classes*. In: Outubro nº 1. São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 1998.
- _____. *Capital e trabalho: a nova dominação*. In: Revista Universidade e Sociedade. São Paulo, 1996.
- DIEESE. *O Comportamento das Negociações Coletivas de Trabalho nos Anos 90: 1993-1996*. Série Pesquisa Dieese, nº 15, maio de 1999.
- DUBAR, C. *Identidade profissional em tempos de bricolage (entrevista)*. In: Revista Contemporaneidade e Educação. Rio de Janeiro: IEC, 2001. Nº 09. Ano VI.
- FERRAZ, M. A. dos S. *CUT-Cidadã: uma avaliação do sindicalismo recente*. Seminário Intermediário do GT ANPOCS Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. São Paulo: USP, 2003.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HYMAN, R. *Los Sindicatos y la Desarticulación de la Clase Obrera*. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. Cidade do México: ALAST, 1996. Nº 4.
- IBGE. *Sindicatos. Indicadores Sociais 2001*. Rio de Janeiro: IBGE/Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.
- KREIN, J. D. *A reformulação do sistema de relações de trabalho no Brasil*. Relatório de Pesquisa. Campinas: CESIT/UNICAMP, 1999. (mimeo).
- LOJKINE, J. *Novas relações de classe, novos movimentos sociais e alternativas ao capitalismo*. S/I: 1999.
- MARTINS, J. de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MOTA, A. E. (org.). *A nova fábrica de consensos – ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

- OFFE, C. *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. Vol. 1.
- OLIVEIRA, F. de. *O elo perdido – classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil*. In: LARANGEIRA, S. (org.) *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- _____. *Quanto Melhor, Melhor: O Acordo das Montadoras*. In *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap, 1993. Nº 36.
- _____. *Os Direitos do Antivalor: A Economia Política da Hegemonia Imperfeita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- _____. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In: OLIVEIRA, F. de & PAOLI, M. C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia – políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis-RJ: Vozes/FAPESP, 2000.
- POCHMANN, M., BARRETO, R. & MENDONÇA, S. *Ação Sindical no Brasil: Transformações e Perspectivas*. In. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 1998. V. 12, nº 1, jan-mar.
- PRADO, A. *Mudanças na Negociação Sindical nos Anos Recentes*. In. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 1998. V. 12, nº 1, jan-mar.
- PT. *Partido dos Trabalhadores – das origens à vitória de Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 2ª edição.
- RAMALHO, J. R. *Precarização do Trabalho e Impasses da Organização Coletiva no Brasil*. In. ANTUNES, R. (org.). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: Reestruturação no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.
- RAMALHO, J. R. & SANTANA, M. A. *Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- RANCIÈRE, J. “O Dissenso”. In. NOVAES, A. (org.). *A Crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RIBEIRO, R. J. *A política como espetáculo*. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90 – Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RODRIGUES, I. J. *Sindicalismo e desenvolvimento regional: a experiência dos metalúrgicos do ABC*. Caxambu: ANPOCS, 2004.

- RODRIGUES, I. J. & RAMALHO, J. *Sindicalismo na Inglaterra e no Brasil: Estratégias Diante das Novas Formas de Gestão da Produção*. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação Seade, 1998. V. 12, nº 1, jan-mar.
- SANTANA, M. A. *Sindicalismo em Tempos de Mudança: Crise e Perspectivas*. Revista Universidade e Sociedade. Vol. 19, nº 9, pp. 80-83, 1999.
- _____. *Homens partidos – comunistas e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: UniRio. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SANTANA, M. A. *Sindicato, Partido e Estado: uma relação tensa*. In: Debate Sindical. Nº 48 – Jun/Jul/Ago-2004. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais, 2004.
- SANTOS, B. de S. *Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo*. Colóquio Sindicalismo, os novos caminhos da sociedade. Lisboa: CGIP-IN. 15/03/1995.
- _____. *Para uma concepção multicultural dos direitos humanos*. In: Revista Contexto Internacional. Rio de Janeiro, 2001a. Vol. 23, nº 1.
- _____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Vol. 1: Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2001b.
- SOUSA, M A. de. *A tese da perda da centralidade do trabalho como despolitização do capitalismo contemporâneo*. In: Enfoques – online – Revista Eletrônica dos Alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ - 2 nº 1 - julho de 2003.
- STAMPA, I. T. *Questão Social e sindicato nos trilhos da privatização*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social/PUC-Rio, 2000.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 3ª edição.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 2: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 3ª edição.
- _____. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 3: A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 2ª edição.
- VÉRAS, R. *O sindicalismo do ABC e o movimento dos trabalhadores da Ford contra 2,8 mil demissões*. S/l: 1999. (mimeo).